



Na contra-mão do Império do Brasil: o Alto Sertão do Cariri e a invenção do “cabra”

Ana Sara Cortez Irffi
UFC/Campus de Sobral

O espaço localizado ao norte do território brasileiro, e desde inícios do novecentos entendido como sertão – ou interior – nordestino, foi, no século XIX, um espaço lido e representado de diversas formas. Foi o espaço de embates acerca da construção geopolítica de uma província, ou pelo menos de sua tentativa; também foi lido, sobretudo por quem ali vivia, como região sem limites para trocas comerciais, para fugas do poder governamental, de idas e vindas da população pobre em busca de melhores condições de moradia e vida; também o espaço da reivindicação pelos direitos costumeiros adquiridos ao longo do tempo; abrigando, ainda, conflitos políticos pelo trono brasileiro e o governo da nação que se formava; foi, em última instância, o espaço que deu sentido a produção de uma *História do Cariri*.

Em cada conflito, em cada embate tinha-se uma dimensão diferente sobre essa região, posto que suas elaborações davam-se sob variados aspectos, conforme o lugar social de quem a produzia. Para a população que ali vivia, uma população pobre, sobretudo, era o alto sertão, sem limites fronteiriços, sem definições de alcances de comarca, sem um poder necessariamente constituído para regrar a transposições das linhas imaginárias que separavam geograficamente um território e faziam delas novas regiões. Um sertão talhado nas vivências e necessidades cotidianas.

Ao encarar esse espaço, muitas leituras sucederam e foram filhas das considerações de cada olhar, evidenciando que a construção desse alto sertão – ganhando outros nomes dependendo do lugar social de cada leitura – era fruto dos usos diferenciados que se fazia do espaço e do tempo. Era, em determinada leitura, o sertão ‘profundo’, distante em tempo, muito mais que em espaço, da capital. Nas diversas leituras, ficava nítida uma disputa pelo sertão (ou contra espaços impenetráveis ao poder governamental), no momento em que se projetava uma nação moderna, demarcada em províncias, das quais se buscava ter o máximo de controle possível, o que explica os investimentos nos anos posteriores na expansão da ferrovia e do telégrafo.



Somente pensando a partir de diversas leituras, é possível perceber que o sertão ‘empedrado’, para alguns, estava em movimento, só dependendo das intenções de quem olhava. É válido atentar para o olhar de um viajante que conheceu o alto sertão das Províncias do Norte, em fins da década de 1850:

estando aqui reunidos vários matutos, dos quais alguns *vinham receitar*, entre conversas diziam: ‘Então os senhores vieram correr o Brasil?’. Queriam dizer todo o Ceará, porque para [f. 176] esta gente o Brasil é o Ceará; tudo o mais é estrangeiro. (...) Estando eu o Manoel colhendo algumas plantas, passavam dois sujeitos (pardos ou cabras) e chegando-se para nós perguntaram para que fazíamos aquilo, e dizendo-lhes nós, por graça, que estávamos descobrindo as riquezas do seu país, replicaram dizendo: Nós cá somos *empedrados*, não sabemos nada.

Francisco Freire Alemão (2006: 228) era botânico, participante da Comissão Científica de Exploração que viajou à Província do Ceará, em 1859, a fim de estudar seu meio físico,¹ para entender, em primeira instância, as razões das frequentes intempéries climáticas que assolavam esse território. No entanto, o trabalho do naturalista não se resguardou à análise das espécies de plantas que encontrava no decorrer da viagem. Freire Alemão escreveu um diário com as impressões dos lugares e das gentes que encontrava pelo caminho. Ao chegar ao sul cearense topou com vários ‘matutos’, em sua percepção, que, em conversas, apontaram para um desenho diferente sobre o território em que viviam.

O trocadilho feito pelo naturalista aponta para uma percepção diferenciada sobre as fronteiras do Ceará em relação ao que era compreendido sobre este tema pelos sertanejos daquela região, uma vez que as fronteiras dessa província e o entendimento dela como parte do Brasil, tão evidente para Freire Alemão, pareciam confusas nas falas dos sertanejos. Tanto que Alemão sentiu a necessidade de explicar ou justificar como certa ignorância daqueles homens, afirmando que eles tinham conhecimento apenas do Ceará, sendo tudo o mais desconhecido. E ainda ratificou seu pensamento destacando que o homem com quem conversava, e que teria afirmado “*nós cá somos empedrados*,

¹ A viagem ocorreu em 1859 e o espaço cearense foi avaliado por um grupo de estudiosos *cientistas* divididos em cinco seções, sendo elas botânica, geológica & mineralógica, zoológica, astronômica & geográfica e etnográfica & narrativa; tendo em suas coordenações, respectivamente, Francisco Freire Alemão, Guilherme de Capanema, Manoel Ferreira Lagos, Giacomo Raja Gabaglia e Antonio Gonçalves Dias. Este grupo viajou por todo o Ceará, de Fortaleza ao Cariri, chegando até a vila de Exu em Pernambuco observando peculiaridades e estudando as condições físicas do território.



não sabemos nada”, era pardo ou cabra – referência feita para ressaltar a diferença da cor entre ele os chamados matutos – numa nítida associação entre mestiçagem e atraso dos costumes como marcas do sertão.

No entanto, se havia uma percepção do incivilizado, havia da outra parte, uma percepção das diferenças, não necessariamente subserviente, mas de que estavam em lugares sociais diferentes. Os limites geopolíticos da província pareciam certos para o viajante, contudo, para os homens do sertão não parecia haver necessidade para uma preocupação como essa. Tensão que descortinava o embate de projetos ou percepções diferentes: a do homem que morava no sertão, para quem o sertão tinha um espaço definido por suas tradições e experiências – o Alto Sertão – e a do Império do Brasil, representada ali por Freire Alemão, com linhas geopolíticas que obedeciam aos interesses da centralização administrativa do Segundo Reinado.

O que passou despercebido aos olhos do viajante – ou seja, as distintas leituras que apontavam para o sertão como conceito dinâmico e não espaço estático, por outro lado, salta aos olhos de um estudioso mais preocupado com a formação do Ceará e de sua própria história, inclusive inserida na História do Brasil. Francisco Régis Lopes reconheceu um padrão entre o fato e a fábula na invenção da História do Ceará, elaborada ao longo do século XIX. Nesse jogo de memória, fatos do passado foram disputados e interpretados conforme os interesses da história que se queria contar. Sem dúvidas, uma história gloriosa, que fizesse sentido ser lembrada, mas que ao mesmo tempo legitimasse um espaço e os empreendimentos feitos naquele momento, em nome do progresso.

Ganharam espaço os “fundadores e os fundamentos”: Tristão de Alencar Araripe e José de Alencar, o primeiro, romancista e o outro, escritor, procuraram apontar com o fato (a história) e com a fábula (a literatura), respectivamente, as origens geográficas e sociais da Província Cearense, a fim de demarcar espaço, tempo e, ainda que a contragosto, as raízes étnicas, sobretudo com a presença e importância do branco conquistador, do povo cearense. Assim, a História do Ceará foi contada e recontada tomando como base as interpretações de dois intelectuais membros de uma das famílias mais influentes, em termos políticos, principalmente, do sertão sul cearense, desde inícios dos oitocentos: a família Alencar.



Sem a intenção de aprofundar tal questão, importa destacar a proeminência dessa família na região desde antes da independência. Oriundos de Pernambuco, os *alencares* vieram assentar-se nas terras cearenses em busca de proteção, mas também para difundir, os ideais da revolução de 1817, deflagrada naquela província. Narra Raimundo Girão (1962: 129) que “no Ceará, poder-se-há aceitar que a revolta fosse consecutária tão-só da ação de família de projetada extensão, como era a Alencar, visto que não estava ainda endurecida, nem sequer apenas devidamente começada, a ideia republicana naquela gente do sul da Colônia”. Logo que chegou em Crato - tida como a principal vila do Cariri, por ter sido elevada a sede de Comarca em 1816 - José Martiniano de Alencar, padre e pai do escritor do romance *Iracema*, rezou missa em sua paróquia matriz, tendo lido a declaração da revolução após o término desse ofício sacerdotal. Anos depois ele, sua mãe e irmãos participaram do evento conhecido como Confederação do Equador - iniciado em Pernambuco, mas depois alcançando várias das Províncias do Norte, como Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e, possivelmente, Piauí e Pará (LEITE, 1989) -, um movimento separatista sobre essas Províncias do Norte do restante do Brasil e instituir uma república a partir delas.

Tendo sua ascendência como parte de uma revolução em busca da libertação do jugo político e administrativo de Portugal e depois do sul do Brasil, os escritores, de raiz Alencar, deram uma conotação diferente para a História do Ceará que contavam. O que coube nessa História do Ceará foi a formação de um território coeso em suas marcas e forte em seu pertencimento a todo Brasil. O Ceará era demarcado como parte da História do Brasil, mas suas especificidades marcavam a memória dessa Província e a faziam única. Assim acreditaram seus escritores.

Por outro lado, se houve uma decisão acerca da História a ser contada e ensinada, também se definiu, em contrapartida, que havia uma outra parte que não precisava ser lembrada. E, muito menos, ensinada. Tratava-se do grande sertão que anulava as fronteiras político-administrativas das províncias e dos sertanejos que o tinham por sua nação. Marcus Carvalho (2002: 162), por exemplo, apontou que, naquele momento, apesar da divisão das Províncias, o que havia era um sertão comum a todo o Nordeste. Compreensão que era apontada com frequência nas correspondências oficiais. Em 29 de novembro de 1834, o então Presidente do Ceará, José Martiniano de Alencar enviou um ofício ao juiz de direito da Vila do Jardim advertindo que era



constante a passagem entre os termos das Províncias do Ceará com Pernambuco, em direção ao rio São Francisco, e também à Paraíba. Incomodava, de acordo com o documento expedido pelo presidente, a passagem de pessoas que classificou como criminosas entre as fronteiras e, mais ainda, a facilidade com que iam e vinham em todo momento, desconsiderando os limites entre as Províncias. Respaldo pelo temor causado pela Revolta de Pinto Madeira, ocorrida nos anos de 1831 e 1832, Martiniano de Alencar enfatizava, nesse documento, a necessidade de serem observados os limites entre o Ceará e as demais províncias.

Em termos políticos e administrativos, e ainda mesmo cartográficos, o Ceará tinha seus limites bem definidos. Em realidade, o espaço territorial que compreendia as províncias, entendidas como formadoras da nação brasileira, foi temática recorrente das cartografias produzidas, sobretudo na segunda metade do século XIX, por engenheiros e geógrafos. A questão mais difícil se mostrou em pensar o interior do território provincial, posto que correspondesse ao interior do território nacional, que se pretendia moderno nos moldes europeu ocidental. Nesse sentido, intelectuais e políticos envolvidos na administração provincial tinham de denotar no Ceará tudo aquilo que se esperava de um Estado moderno, com paisagens exuberantes e facilmente disciplináveis.

No entanto, essa percepção do sertão como uma região constituinte de uma nação moderna e seguindo as vias do progresso se perdia na própria lógica da colonização portuguesa. Na primeira metade do século XIX, não se percebiam os limites políticos ou administrativos, mas as fronteiras entendidas como naturais, as margens dos rios e as estradas de terras. Conforme Ana Isabel Cortez (2013: 141 – 142),

a constituição das bases espaciais do Ceará no século XVIII, a partir dos jogos de poder estabelecidos entre nativos e colonizadores, engendrou uma geografia diferente para o território. A entrada de colonizadores e expulsão dos grupos nativos de suas terras, através dos aldeamentos e catequese ou do extermínio pelas guerras, empreendeu um redimensionamento do território: o Ceará foi reocupado, suas divisões foram recalculadas na formação de novas estradas e na edificação de fazendas, vilas e cidades. Outro espaço foi construído naquele território, que passou a ter referências diferentes para os habitantes: uma reorganização das antigas paragens e das relações sociais que, como num palimpsesto, eram inscritas e reinscritas sobre tudo o que havia sido construído e reconstruído anteriormente pelos nativos, e ‘apagado’.



Stuart Filho (1937: 29), ao escrever para a Revista do Instituto do Ceará, um artigo intitulado *Vias de Comunicação do Ceará Colonial*, chamou atenção para o fato de que foi seguindo as marcações de rios e riachos, formando as chamadas estradas de ribeiras, que se deu o povoamento do interior nordestino. Esse tipo de delimitação, para o autor, tomava como inviável o estabelecimento de divisões entre as províncias. Para ele, “por esses caminhos andavam os cavalarianos que percorriam os sertões comprando eqüídeos para os engenhos de Pernambuco e as boiadas que procuravam as grandes estradas que conduziam aos centros consumidores do litoral.”

Essa dinâmica de organização do espaço estava mais claramente inscrita na região chamada de Cariri, do que mesmo a delimitação geopolítica imposta à província do Ceará quando de sua definição como parte da nação brasileira. O reconhecimento do Cariri Cearense era outro. Na prática, estava ligado por, pelo menos, três estradas não apenas à própria Província, como também às que lhe faziam fronteira, como Paraíba, Pernambuco e Piauí. Eram elas: a estrada do rio Salgado, a Crato – Oeiras e a estrada do Rio São Francisco, feita passando por Exu, no Pernambuco.

A estrada do rio Salgado ligava o sul ao principal porto da Província até 1850, tendo as vilas de Icó, Fortaleza e Aracati em seu caminho, através de sua ligação pela Estrada Geral do Jaguaribe, via de passagem do comércio no Ceará. No lado sul, ficava nas proximidades dessa estrada o sítio Carás, o Correntinho e a Serra de São Pedro, também por serem os mais próximos da vila do Crato - entre 15 e 30 km de distância.

Ao oeste havia a estrada Crato – Oeiras, que ligava essa região ao Piauí passando por Brejo Grande, onde ficava o sítio Cariú. Esse também se aproximava de fazer fronteira ao norte com as vilas de Saboeiro, São Mateus e Telha (atual Iguatu), a oeste com a Província do Piauí e ao sul com Pernambuco, através da serra do Araripe. Do lado leste da Província havia uma comunicação também com vilas pernambucanas, até alcançar o rio São Francisco, região que, segundo Martiniano de Alencar, era conhecida e bastante visitada pelos homens sul cearenses.

E, por fim, ficava a chamada Barra de Jardim, ao sul, a qual tinha livre comunicação com Pernambuco e Paraíba e, principalmente, estava bastante próxima a estrada da ribeira do Salgado, também conhecida como estrada do Icó. Esta, conforme o



redator do jornal *O Araripe*², João Brígido, era o caminho frequentemente utilizado até aquele momento pelos viajantes. Ao vir por ela ia-se de “Icó as Lavras, dahi a Venda, dahi a Missão Velha e dahi finalmente ao Crato. De Missão Velha sobre os milhares terrenos possíveis, se teria uma curta linha para a Barbalha, e do Riacho dos porcos uma outra para Milagres”;³ o que proporcionava uma mobilidade ainda maior para os homens que viviam às suas margens.

O outro Cariri, ligado à Província da Paraíba, forma “uma saliência voltada para o Sudoeste do Planalto da Borborema na Paraíba. Seus limites passam ao Sul do eixo rodoviário da BR-230 e suas vias de acesso se situam entre Queimadas e Boqueirão, a Leste, Soledade ao Norte, e o vale do rio Farinha a Noroeste”. Ao Sul, a Oeste e Sudeste, é cercado por serras elevadas formando um arco montanhoso, fronteiro ao estado de Pernambuco: “de Oeste para o Sul (Serra dos Cariris Velhos, do Mulungu, das Porteiras, da Jararaca, etc.) e daí para Sudeste (Serra da Quebrada, Serra da Cachoeira)”.

Essa delimitação, contudo, definia o território geográfico e político dos dois Cariris, mas ainda distorcia a percepção da região do alto sertão – ou sertão profundo, como aqui é nomeado o interior nordestino, no século XIX. O entendimento desse espaço deve perpassar outras trilhas, deve ser entendido também como construído historicamente. Assim, para entender a região do sertão nordestino como uma construção histórica, a partir de variados interesses e experiências, é preciso “tentar fazer com que esse solo estremeça, rache, mostrando a mobilidade desse solo” (ALBUQUERQUE JR, 2011: 36). Região, nesse sentido, pode ser apreendida pelo espaço de vivência e de experiência dos sertanejos, percebendo e destacando o movimento desse povo como aspecto que demarca o espaço, e não os riscos imaginários dos mapas. Mas, ainda é preciso salientar que a experiência de sua construção tinha lugares sociais diferenciados.

O Cariri, sobretudo o Cearense, em virtude do clima e solo bastante diferenciados do paraibano, foi construído na historiografia como uma zona de natureza aprazível. Um ‘sertão’ diferente. Em *Engenhos de rapadura do Cariri*, José de Figueiredo Filho (2010: 21) destacou que o caririense não fica satisfeito quando alguém o chama de sertanejo e nem quando denominam o seu Cariri de sertão. Sertão, conforme

² Periódico de vinculação liberal, veiculado entre os anos de 1854 a 1865 nas cidades e vilas do Cariri Cearense.

³ CEDOCC, O ARARIPE, 14 de fevereiro de 1857, p. 02.



o autor, não é entendido em seu sentido mais amplo, como zona do interior, em contraposição à faixa litorânea, porque, para ele, “o Cariri, do Ceará, é uma espécie de zona da mata pernambucana, ou dos brejos na Paraíba. É o verdadeiro oásis cearense como muitos o denominam. É uma ilha verdejante cercada da zona sertaneja criadora”. Juntamente com Irineu Pinheiro (FIGUEIREDO FILHO & PINHEIRO, 2010: 63), também escritor de narrativas sobre o Cariri, Figueiredo Filho ainda apontou

a sensível diferença entre os sertões ressequidos do percurso e a exuberância e verdura destes rincões privilegiados (...) A natureza em nada se parece com as caatingas requeimadas da região sertaneja, nos períodos de grandes estiagens. Ao longe: a faixa horizontal do Araripe mais parecendo a visão do mar à distância (...) Terras exuberantes. Canaviais e engenhos de quando em quando.

Para os autores, esse espaço tinha que ser definido pela perfeita harmonia da natureza concentrada sobre o Cariri que, na opinião de Pinheiro (2010: 3): é “um lugar lindo e bonito que não pode ser sertão”. Essa construção corroborava a percepção criada no século XIX a fim de definir este como um espaço à parte ao sertão nordestino.⁴

Tal discurso, já em inícios do século XIX, produziu a idealização de pôr limites à região que se queria apresentar como diferenciada das demais. O Cariri era, portanto, nas leituras sobre a região, um lugar que se destacava dos demais sertões que o rodeava, por essa razão, precisava, na opinião de governantes e autoridades locais, de limites cartográficos e políticos.

No entanto, recordando a viagem de Francisco Freire Alemão, é possível perceber – como também nos discursos de José Martiniano de Alencar, quando Presidente da Província, em 1839, e do jornalista João Brígido, no semanário *O Araripe*, publicado entre 1855 e 1865, no Crato - outro entendimento acerca da região, também atuante naquele espaço. Pouco depois de comentar acerca dos *matutos* que encontrou no caminho, assinalando a diferença entre ele e os habitantes do sertão e seu ‘país’, Freire Alemão (2006: 230) ressaltou as trocas econômicas com outras províncias, como a de Pernambuco. Conforme o botânico, comia-se gado na semana, mas, nas sextas e sábados, o alimento era “peixe, dos poços ou salgado, vindo do rio São Francisco”,

⁴ Conforme Darlan Reis (2014: 26), “a representação de um território como espaço privilegiado no interior do Ceará, devido ao solo fértil e à presença de fontes de água em contraposição à aridez do entorno, foi um importante instrumento político, utilizado pelas classes senhoriais, na consolidação de seu domínio sobre o território. O Cariri, assim denominado, passou a ter uma existência histórica, de região vivida e representada”.



comércio feito “pelo sertão com a vila de Juazeiro”, distante 84 léguas. “Do Ceará vai rapadura, aguardente etc., e do São Francisco vem peixe Salgado, matalotagem etc”.

Tais trocas apontavam para uma movimentação intensa nos sertões das províncias que faziam fronteira com o Ceará. Mas indicavam também para uma dinâmica onde geografia e história estavam entrelaçadas concedendo para os moradores uma conotação diferente da que tinha sido pretendida, anos antes, nas duas ocasiões em que foi apresentado o projeto de uma nova Província para o Brasil. Certamente, a percepção de pertencimento daquele espaço para os habitantes que ali viviam acionava outros aspectos da memória, como o processo histórico de vida e luta, não apenas deles, mas de seus antepassados para se estabelecerem e ali criar suas raízes.

Na revolta de Pinto Madeira, ocorrida entre 1831 e 1832, entre as cidades de Crato e Jardim, no Cariri, que teve caráter político restauracionista, pode ser percebida uma luta em prol da região. Mais especificamente, no ano de 1831, a vila de Crato, sede de Comarca do Cariri Cearense, foi invadida por homens que, segundo relatos, carregavam ‘cacetes e facas’ e infundiam terror à população da vila. Sobre o comando desses homens estavam Joaquim Pinto Madeira e o Padre Manoel Antônio de Sousa. Ainda conforme as notícias, eram os *cabras*, ‘homens de Jardim’, inconformados com a abdicação de D. Pedro I, pois acreditavam que o monarca teria sido obrigado a deixar o cargo e voltar para Portugal.

No entanto, longe de se restringir ao desgosto pela abdicação de Pedro I e instalação de um poder regente, esse conflito apontou para os embates em torno da região, naquele momento de consolidação de uma nova política imperial de implantação do governo nacional. De acordo com Figueiredo Filho (2010: 14), “tudo o que a guerra fria preparou, durante o interregno entre 1824 e 1831, desencadeou-se terrível, no Cariri, após a abdicação de D. Pedro I, a 7 de Abril”. O período a que se refere o autor foi marcado pela fome, em virtude da seca de 1825, epidemia de varíola e recrutamento para a Guerra da Cisplatina. O resultado desse processo foi o despovoamento da Província e, principalmente, o receio por parte das populações acerca dos rumos que seriam tomados pelo governo. Embora seca e peste, naquele momento, pudessem ser confundidos como fenômenos naturais, a fome e o recrutamento deixaram para as massas populares a desconfiança em relação às autoridades e sua capacidade de gerir um governo que pensasse no bem estar da população. Em contrapartida, essa



participação popular foi continuamente lida a partir da óptica dos senhores e autoridades governamentais, que, em termos sociais, de um lado, incutiam a diferença, pela distinção que enfatizavam em relação à violência e rusticidade das classes despossuídas, e, de outro, ressaltavam o medo de que essas classes se insurgissem contra os proprietários de terras.

Essa luta, nesse sentido, não seria necessariamente geográfica, mas se constituiria na defesa de costumes e tradições experimentados ao longo do tempo pelos seus habitantes – notadamente os camponeses – naquela região, que se viu ameaçada pelo alcance do governo sobre suas experiências de vida e produção. Assim, a revolta de Pinto Madeira pode ser considerada como sintomática de construções diferentes sobre o sertão nordestino. Cada grupo tinha leituras próprias do espaço em que vivia. E, notadamente, lutavam em favor da manutenção de seus costumes e tradições, que significavam aquele espaço de experiência: o alto sertão nordestino, diverso das marcas geopolíticas e das obrigações de sistemas métricos, entre outros aspectos.

O estabelecimento de limites geográficos e políticos, ou pelo menos a tentativa, foi parte de um conflito que, em última instância, desnudava o jogo de poder em torno do ‘alto sertão’ nordestino e dos *cabras* que o marcavam. Apontando, nesse sentido, que para cada definição de região havia um espaço e um tempo distintos; que diferentes mecanismos eram acionados para a construção dos vários sentidos elaborados para o sertão do Cariri, a ponto de apontar uma ‘profundidade’ para mapear o sertão que queriam apontar como ‘legítimo’, como se sua delimitação fosse *natural*.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. – 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza – Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará. Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

ALVES, Jose Jakson Amâncio. Caatinga do Cariri Paraibano. In: *Geonomos*, 17(1): 19 - 25, 2009.

CARVALHO, Marcus J. M. de. "Aí Vem o Capitão-Mor". As eleições de 1828-30 e a questão do poder local no Brasil Imperial. In: *Tempo* [en línea], Niterói - UFF, 2002. vol. 7, nº13, p. 157-187, 2002.



CORTEZ, Ana Isabel R. P. Os caminhos sertão à dentro: Vias abertas por nativos e estradas de ribeiras no Ceará no século XVIII. In: *Revista Latino-Americana de História*. Vol. 2, nº. 8 – Outubro de 2013, pp. 141 – 160.

FIGUEIREDO FILHO, José de. *História do Cariri*. .v. III. Coedição Secult/ Edições URCA. – Fortaleza: Edições UFC, 2010.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. 2 ed – Fortaleza: Instituto do Ceará, 1962

LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1824: a Confederação do Equador*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1989 (Série República, vol. 2)

PINHEIRO, Irineu. *O Cariri – seu descobrimento, povoamento, costumes*. Coedição Secult/ Edições URCA. – Fortaleza: Edições UFC, 2010.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. *Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014.

STUDART FILHO, Carlos. *Vias de Comunicação do Ceará Colonial*. In: *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1937.